



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional.

A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL: DISCUSSÃO INICIAL

Ionara Barbosa Soares¹
Dayane Martins Sales Lima²
Kaline de Souza Barbosa³

Resumo: O trabalho apresentado versa realizar uma breve discussão acerca da instrumentalidade utilizada na prática do Serviço Social e das inferências postas a partir da realidade e da relação sociais, a qual se apresenta sempre dinâmica. De modo a contribuir com o fazer profissional e com as transformações que interferem no aperfeiçoamento crítico e profissional, discorre ainda sobre a construção de uma identidade a partir das mudanças históricas e técnicas da profissão.

Palavras-chave: Instrumentalidade. Serviço Social. Prática profissional.

Abstract: The paper presents a brief discussion about the instrumentality used in the practice of Social Work and the inferences put on the reality and the social relationship, which is always dynamic. So, to contribute to the professional doing and to the transformations that interfere in the critical and professional improvement, it also discusses the construction of an identity to remove the keys and techniques of the profession.

Keywords: Instrumentality. Social service. Professional practice.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado propõe refletir sobre o surgimento e fazer profissional do Serviço Social em um sistema econômico capitalista que desenvolveu relações sociais distintas, uma forma de produção de riqueza coletiva, mas a apropriação é privativa o que gera um modelo de divisão social do trabalho que fomenta desigualdades. Assim, as novas demandas sociais passaram a exigir novas categorias profissionais para atender as tensões geradas a partir do sistema capitalista.

Diante disso, a profissão inicia sua atuação pautada no controle social e de caridade. Nesse sentido a profissão foi sendo construída e formou meios para efetivar sua prática, um desses meios é a instrumentalidade, que, por sua vez, compreende a capacidade do assistente social em utilizar os meios, técnicas e instrumentos disponíveis na

¹ Estudante de Pós-Graduação, Escola de Saúde Pública do Ceará, E-mail: ionara.soares@aluno.uece.br.

² Estudante de Pós-Graduação, Escola de Saúde Pública do Ceará, E-mail: ionara.soares@aluno.uece.br.

³ Estudante de Pós-Graduação, Escola de Saúde Pública do Ceará, E-mail: ionara.soares@aluno.uece.br.

realidade em que está inserido com o intuito de efetivar os objetivos profissionais planejados.

Contudo, essa materialização profissional sofre diversas interferências da realidade posta, sejam das teorias utilizadas, das habilidades e instrumentação técnica disponíveis, da direção social que segue, da instituição empregatícia à qual está vinculada, das relações de trabalho, do que é defendido pela profissão hegemonicamente, dentre outras implicações.

Iniciaremos o debate de instrumentalidade identificando os aspectos da profissão pertinentes ao tema, situando o Serviço Social desde o seu surgimento até a contemporaneidade, retomando elementos que marcaram a profissão, como a transição do capitalismo concorrencial ao monopolista, o Movimento de Reconceituação, as novas exigências e desafios colocados ao Serviço Social, assim como a adoção de um projeto profissional vinculado à classe trabalhadora, que passa a ser hegemônico nos anos 1990.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO SURGIMENTO DA PROFISSÃO

Imerso em um momento histórico Varguista e o fim da República Velha no Brasil, surgem as protoformas do Serviço Social (CARVALHO; IAMAMOTO, 2014). Datado por volta de 1930, a profissão ganhou forma tomando por base a iniciativa de setores da burguesia respaldados pela Igreja Católica. Nesse período, a dimensão instrumental e técnica da profissão estiveram vinculadas ao assistencialismo, doutrinação moral e ao controle social.

As décadas que sucederam a gênese da profissão passaram por pequenas mudanças na forma de intervir e responder às expressões da questão social. Propiciando a formação de novos instrumentos para atuar nas relações sociais.

Historicamente, o Serviço Social atuou com natureza interventiva e se constituiu como profissão no momento em que os setores dominantes da sociedade passaram a intervir de forma sistemática e contínua na questão social⁴ e suas múltiplas expressões, por meio, principalmente, das políticas sociais. Fato gerado a partir do século XIX, momento em que o capitalismo, sistema econômico vivenciado até os dias de hoje, passou por profundas mudanças em sua dinâmica e ordem econômicas. Foi nesse período histórico que o capitalismo concorrencial deu lugar ao capitalismo dos monopólios, um sistema de maximização de lucros pelo controle do mercado que traz traços ainda mais marcantes de exploração, alienação e transitoriedade histórica (NETTO, 2011a).

No entanto, para a efetivação do sistema de monopólios, além de significativas modificações econômicas, como a financeirização do capitalismo (IAMAMOTO, 2012), foi

⁴ Conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura (IAMAMOTO, 2011, p.27).

estritamente necessária a implantação de mecanismos de intervenção extraeconômicos. Logo, o Estado, que é a maior instância do poder extraeconômico, sofreu refuncionalização e redimensionamento a favor da ordem monopólica instaurada, a fim de contribuir com a manutenção e reprodução do sistema.

O Estado, desde a origem do absolutismo, interveio no processo econômico capitalista. Todavia, com o surgimento do capitalismo monopolista, essa intervenção transformou-se funcionalmente e estruturalmente, como salienta Netto:

[...] no capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo – ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio (NETTO, 2011a, p.26).

Denominado ainda pelo autor como “comitê executivo da burguesia monopolista” (2011a, p.26), o Estado, somente intervém nas sequelas da questão social porque vê, a partir dessa intervenção, possibilidades econômicas, sociais e políticas para os monopólios.

Assim, foi na chamada fase monopolista do capitalismo que o Estado passou a desenvolver medidas econômicas e sociais para o enfrentamento da questão social de maneira regular, permitindo a instauração de um espaço determinado na divisão social e técnica do trabalho para o Serviço Social.

Desta forma, o Serviço Social surge como uma profissão atuante na criação das condições necessárias para a regulação e reprodução das relações sociais⁵, atendendo tanto as necessidades do capital quanto as necessidades dos trabalhadores, pois são profissionais que por meio de ações incidem nas condições de vida dos trabalhadores, contribuindo ideologicamente para a aceitação e, conseqüentemente, pela continuidade da exploração da força de trabalho.

Para Martinelli (2011) a origem do Serviço Social como profissão tem a marca do capitalismo e de suas variáveis (alienação, contradição, antagonismo), pois seu surgimento se dá como uma criação do capitalismo, sendo colocada a seu serviço, como uma forte estratégia de controle social, como uma ilusão, para garantir sua efetividade e permanência histórica. De acordo com a autora:

É uma profissão que nasce articulada com um projeto de hegemonia do poder burguês, gestada sob o manto de uma grande contradição que impregnou suas entranhas, pois produzida pelo capitalismo industrial, [...] buscou afirmar-se

⁵ Reprodução das relações sociais “[...] é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade.” (CARVALHO; IAMAMOTO, 2014, p. 79).

historicamente – sua própria trajetória o revela – como uma prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja, como uma mistificada ilusão de servir (p.66).

Para entender o trabalho do assistente social na dinâmica societária contemporânea é preciso associá-lo ao contraditório campo das relações sociais na sociedade capitalista. Iamamoto (2011) refere que os assistentes sociais estão inseridos numa “tensão”, já que seu objeto de intervenção é a questão social, a qual é permeada de desigualdade e, ao mesmo tempo, resistência, fruto dessa sociedade. Nesse contexto, apesar da prática a serviço da classe trabalhadora, o Serviço Social, na verdade, é instrumento da burguesia, transitando, contraditoriamente, entre as demandas do trabalho e as exigências do capital.

A partir dessas considerações, podemos compreender o conceito de relativa autonomia que dispõe o assistente social, proposto por Iamamoto (2011) ao argumentar que o objeto de trabalho do (a) assistente social é a questão social e que a atuação profissional, pautada no enfrentamento de suas expressões contribui para a promoção da resistência dos indivíduos. Ao mesmo tempo, é um profissional assalariado que depende de entidades e instituições para viabilizarem o acesso dos usuários aos seus direitos, aos serviços, além de estar vinculado aos interesses da classe dominante.

Ao longo do processo histórico da profissão, o qual é complexo e contraditório, notam-se as relações permeadas de confrontos entre as classes sociais, de tal forma que demandou ações e intervenções. Nesse sentido, a atuação profissional constitui-se com caráter interventivo.

O processo dinâmico da sociedade demandou novas formas de atuação do assistente social, assim, ocorreu a reformulação do fazer profissional, gerando novas perspectivas resultantes das particularidades sociopolíticas e econômicas do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Nesse contexto, surge o Movimento de Reconceituação⁶ do Serviço Social, que proporcionou o aprofundamento teórico-metodológico, a superação da visão de que a dimensão técnica garantia legitimidade e reconhecimento à profissão, e identificação de que uma produção de conhecimento crítico da realidade social era imprescindível para a construção de seus objetivos e respostas às demandas do trabalho.

Contudo, o movimento enfrentou várias críticas, como esclarece Guerra (2011), uma delas é a de que o Serviço Social negou seu passado histórico e subestimou a necessidade de reflexão da prática em relação à teoria. Acrescenta ainda mais duas críticas

⁶ Movimento latino-americano de renovação no âmbito da teoria e metodologia do Serviço Social. Consistiu num movimento plural que buscou a ruptura com as bases teóricas importadas europeia e norte-americana, procurando uma conexão com a realidade vivenciada. É considerado um importante marco de ruptura com a exclusividade do conservadorismo na profissão (NETTO, 2011b).

que considerada emblemática, a saber: a primeira também nega qualquer contribuição que possa advir do passado do Serviço Social, mas por entendê-lo comprometido ideologicamente somente com o ponto de vista das classes dominantes. A segunda afirma que é preciso fazer uma busca das ações realizadas no passado da profissão para entender o que é o Serviço Social e sua proposta, isto é, existe uma clara necessidade de se recorrer às ações consideradas conservadoras.

Entendidas as críticas acima, é importante averiguar, com cautela, o que alguns profissionais, ainda conforme a autora, afirmam: mesmo com os “avanços”⁷ alcançados pela profissão, o Movimento de Reconceituação também teria provocado o aprofundamento teórico-metodológico em detrimento da intervenção profissional, sugerindo uma dicotomia entre teoria e prática, já que houve reflexões, discussões e mudanças sobre a teoria, priorizando-a em relação à prática.

De fato, transitar do acúmulo teórico para a realidade vivenciada, dando, ao mesmo tempo, atenção às estratégias, técnicas e táticas profissionais utilizadas de acordo com as particularidades dos objetos de estudo e ação do assistente social é um dos principais desafios da profissão na atualidade (IAMAMOTO, 2011).

Para compreendermos melhor o que seria esse impasse entre teoria e prática, tomamos por base a discussão de Santos (2006) acerca da afirmativa “na prática a teoria é outra”, expressada por parte da categoria profissional, que evidencia e fortalece três entendimentos equivocados.

O primeiro deles é acreditar que “a teoria se transforma em prática”, isto é, espera-se que a teoria ofereça de imediato a ruptura com a ordem conservadora. Dito de outra forma, a crença de que a teoria tem a possibilidade de ser implementada na realidade social e a capacidade de dar respostas imediatas. O segundo é a convicção de que a prática fala por si só e é ela que oferece a teoria, sendo esta apenas uma sistematização daquela. Assim, baseada nos fundamentos filosóficos pragmáticos e no utilitarismo, seria a capacidade de dar respostas prático-empíricas à realidade (GUERRA, 2005). O terceiro é acreditar que a teoria social de Marx não instrumentaliza para a ação: “a teoria social crítica não está se transformando em prática crítica”.

Essas preposições nos induzem a acreditar que a teoria é algo que deve se encaixar na prática; a prática social é reduzida à prática profissional, que se reduz à utilização de instrumentos e técnicas na atuação; e que a prática é tida como mais importante do que a teoria. Portanto, não há um entendimento claro do que é a teoria, a prática e do real significado de prática profissional.

⁷ Pensamento conservador acerca das mudanças que ocorreram na profissão com o Movimento de Reconceituação (GUERRA, 2011).

A fim de esclarecer esses argumentos, a autora tem como marco de referência intelectual o marxismo, pois, além de ser a direção teórico-política orientadora do projeto hegemônico na profissão é usado erroneamente em um dos equívocos; e define os conceitos de teoria e prática no materialismo histórico-dialético⁸.

De maneira sucinta, a prática seria um momento de transformação da natureza pelo homem, isto é, trabalho. Assim, em contraposição à teoria idealista que vê a prática como uma atividade do Espírito, a prática aqui entendida é uma atividade real, objetiva e material do homem. Já a teoria é a reconstituição pelo pensamento do objeto a ser conhecido. Ela não formula um objeto, ela é um instrumento de análise do real e não é apenas uma descrição do real, é a apreensão da lógica do objeto.

Ao relacionarmos essas concepções marxistas com a prática profissional do Serviço Social, vemos que a teoria permite ao assistente social a apreensão do seu objeto de ação, compreendendo seu movimento e suas contradições, sendo, assim, capaz de entender as demandas de seus serviços e formular respostas que estejam de acordo com as mesmas.

Após essas explicações, Santos (2006) ainda nos ajuda a esclarecer cada um dos equívocos. Em relação aos que esperam que “a teoria se transforme” em prática, a autora argumenta que os profissionais acabam pesquisando sobre os fenômenos que se expressam na realidade, mas esquecem de pesquisar como eles se expressam nas demandas que chegam ao Serviço Social, isto é, como eles se manifestam e as possibilidades de intervenção. Desta maneira, constata-se uma oposição gerada pelo distanciamento do acervo teórico em relação ao acervo sobre a intervenção. Acerca da crença de que a prática fala por si só, os profissionais não devem considerar a teoria como algo acabado, que se adequa à prática. Na verdade, a teoria tem na prática o seu fundamento, pois a partir da teoria o profissional toma conhecimento da realidade, para modificá-la por meio de sua prática.

Entendidas as particularidades do surgimento do Serviço Social e as mudanças que ocorreram ao longo do tempo na profissão, a seguir, abordaremos os elementos contemporâneos que se apresentam aos assistentes sociais, definindo, para isso, cada uma das dimensões prático-formativas da instrumentalidade, conceituando-a posteriormente.

⁸ Materialismo porque parte do pressuposto que a realidade é anterior ao pensamento, a matéria precede o conceito, ela existe antes de existir um pensamento sobre ela. Dialético porque parte de uma explicação do Ser em todas as suas modalidades, como uma totalidade em permanente movimento. Histórico, num duplo sentido: primeiro porque essa explicação é específica à sociedade, à história e à cultura, ou seja, ao ser social; segundo porque toma o objeto como um componente do processo histórico, isto é, os indivíduos são um produto social, a sociedade muda, as ideias mudam (SANTOS, 2006, p.117).

3 DIMENSÕES PRÁTICAS-FORMATIVAS E INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL

Iamamoto (2011), ao discorrer sobre os desafios da profissão, pontua que o assistente social deve possuir o domínio de três dimensões: a teórico-metodológica, a técnico-operativa e a ético-política. O domínio da dimensão teórico-metodológica está relacionado à compreensão da realidade social, política, econômica e cultural em que o assistente social está inserido, utilizando, para isso, teoria e metodologia de forma crítica, as quais irão permitir enxergar os fenômenos além de sua aparência, captar sua essência, seu movimento e a construção de possibilidades profissionais.

Já a dimensão técnico-operativa é a que o assistente social deve ter conhecimento e propriedade das habilidades técnicas, assim como o dever de estar apto a criar novas habilidades, caso necessário, pois estas permitem o desenvolvimento das ações profissionais qualificadas e que respondam de forma efetiva às demandas impostas pelos empregadores, pela dinâmica da realidade social e pelos objetivos do profissional. Quando se fala de instrumentos e técnicas do Serviço Social, não devemos remetê-los somente ao que é material e palpável. A autora cita a linguagem como instrumento privilegiado de ação, por exemplo.

Quanto à dimensão ético-política, diz respeito ao entendimento de que o assistente social realiza sua prática em meio a relações de poder da sociedade capitalista, devendo ter um posicionamento político frente às questões da realidade social, podendo, assim, ter clara a direção social que irá assumir no exercício cotidiano de sua prática.

Iamamoto (2011) também discorre sobre três armadilhas relacionadas a essas dimensões e destaca que o Serviço Social ficou “preso” a elas: o teorismo, o tecnicismo e o politicismo. Grosso modo, o teorismo seria a fundamentação teórico-metodológica desprovida da dinâmica dos processos sociais; o politicismo seria a inserção política do/a assistente social na realidade sem a fundamentação teórico-metodológica; e, por fim, o tecnicismo seria considerar somente as bases técnico-operativas, sem a base teórico-metodológica e a ético-política.

Para evitar essas ciladas, Carvalho e Iamamoto (1995) descrevem que as três dimensões nunca poderão ser utilizadas de modo separado, já que juntos, os três elementos são complementares e fundamentais, mas isolados, acabam sendo limites à prática profissional do assistente social, sob risco de cair na despolitização e fragmentação, como visto no passado da profissão.

Na análise de Guerra (2011) em relação à prática profissional, verificam-se três tendências que se manifestam de maneira híbrida. A primeira é daqueles profissionais que têm a prática como fundamento determinante de suas ações, sendo a teoria uma mera

abstração, situando-se secundariamente em relação à prática. A segunda é expressa pelos/as profissionais que consideram as construções teóricas determinantes da prática, sendo esta expressão mais formalizada e completa na realidade, exigindo-lhe instrumentos para se colocar a “teoria em ação”. Argumenta: “[...] o valor da teoria, neste caso, consiste em construir um quadro explicativo do objeto que contemple um conjunto de técnicas e instrumentos de valor operacional” (p.25).

Na terceira e última tendência, as teorias são reconstruções da realidade, associadas a projetos sociais ou a visões de homem e mundo, e a determinados métodos de conhecimento e análise sociais: “Embora dimensione-as coerentemente, também reclama a ausência de indicativos teórico-práticos que possibilitem romper com o ranço conservador que acompanha a trajetória da profissão” (GUERRA, 2011, p.25-26).

O que essas três tendências têm em comum é a discussão sobre as possibilidades e limites das teorias fornecerem subsídio à prática, isto é, a passagem de construções teóricas à intervenção, fazendo-nos refletir sobre a superação dessa dicotomia teoria/prática. Guerra (2011) vê essas tendências como prova do amadurecimento teórico da profissão, passando a demonstrar interesse pela qualidade de sua intervenção, pela recuperação da confiança depositada no assistente social historicamente, tanto pela classe que o contrata quanto pelos usuários de seus serviços, pelo reconhecimento das demandas, pela competência técnica e intelectual e pelo compromisso político com a classe trabalhadora.

Seguindo essa discussão, podemos afirmar que a pesquisa é uma forma de articular teoria e prática, por isso ela é tão importante para profissão. Ela permite o conhecimento das situações e/ou fenômenos sociais que são objetos de trabalho do assistente social, possibilitando-o criar respostas que tenham efetividade e estejam em proximidade aos princípios ético-políticos que norteiam o Serviço Social. Além disso, na medida em que atua, tem a oportunidade de gerar conhecimento sobre tal realidade, sendo o conhecimento um significativo instrumento de trabalho para o Serviço Social, como nos diz Sousa (2008, p.123) que o conhecimento é uma poderosa arma para quem o detém, afinal ele se torna a base que pode fundamentar qualquer proposta de mudança ou transformação dessa mesma realidade.

Quanto às condições nas quais a profissão se insere, são as mais adversas possíveis, perpassando desde a falta de recursos dentre as mais diversas das demandas; a exigência pela atuação em funções que se tornam divergentes da prática do(a) assistente social, ou qualquer outro profissional, se propõe a realizar; a oferta de salários precários; o alto nível de burocratização das organizações; fluidez e descontinuidade da política econômica; e ainda que o tratamento atribuído à questão social é fragmentado, causuístico, paliativo (GUERRA, 2011, p.28).

Segundo Iamamoto (2011) e Sarmiento (2002), há também importantes fenômenos que vem ocorrendo e interferindo no trabalho do assistente social⁹, como o crescimento da demanda por serviços sociais, ocasionada pelo agravamento das múltiplas expressões da questão social, base sócio-histórica do requerimento social da profissão, maior seletividade no âmbito das políticas sociais, diminuição de recursos e salários, e imposição de critérios restritivos para o acesso a direitos sociais.

Além disso, é observado o fenômeno da terceirização, o “enxugamento” de funcionários em empresas e o surgimento de um novo tipo de trabalhador, chamado de polivalente, já que exerce várias funções com o mesmo salário e no mesmo tempo de trabalho, deixando de ser um trabalhador especializado, pois dentre as múltiplas tarefas que deve exercer, não estão aquelas necessariamente envolvidas com as suas atribuições privativas.

Diante desse contexto, é possível compreender que as condições objetivas do exercício profissional do assistente social não dependem apenas de sua postura teleológica. Elas perpassam também pelas mudanças que acontecem na esfera da produção, do Estado e das políticas públicas, que estabelecem novas mediações nas expressões da questão social e afetam as condições nas quais a intervenção profissional se processa.

É importante mencionar ainda que, diante dessas transformações no mundo do trabalho e na forma de regulação do Estado, novas exigências, condições e relações de trabalho são demandadas para o Serviço Social, como a atribuição da função gerencial das políticas sociais, deixando de ser responsável apenas pela execução dessas políticas. Portanto, Sarmiento (2002) traz algumas características importantes ao assistente social, acarretadas pelas modificações citadas; como a postura crítica, mas também criativa e propositiva. Assim, entende-se que deva ser um profissional que possa responder, no fazer profissional, com ações qualificadas que possam gerar possibilidades impulsionadoras de novas ações, projetos e funções, rompendo com as atividades rotineiras e burocráticas.

Cabe ao assistente social decifrar a realidade em que é introduzido, desenvolver um trabalho que zele pela qualidade dos serviços, busque a defesa da universalidade dos mesmos e que esteja atualizado com os compromissos ético-políticos dos usuários, conforme Iamamoto (2011):

Responder a tais requerimentos exige uma ruptura com a atividade burocrática e rotineira, que reduz o trabalho do assistente social a mero emprego, como se esse se limitasse ao cumprimento burocrático de horário, à realização de um leque de tarefas as mais diversas, ao cumprimento de atividades preestabelecidas. Já o

⁹ Esses fenômenos são ocasionados pelo neoliberalismo, que surge após a II Guerra Mundial. No Brasil, seu marco acontece em 1995, com o Plano Diretor de Reforma do Estado, no governo de Fernando Henrique Cardoso. O neoliberalismo aparece como proposta contrária ao Estado intervencionista e de bem-estar: preconiza um Estado mínimo para os gastos sociais e regulamentações econômicas. Desta forma, afeta o mundo do trabalho, com importantes mudanças na condição de trabalhador (MONTAÑO, 1997).

exercício da profissão é mais do que isso. É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nelas presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional (IAMAMOTO, 2011, p.21).

Os autores nos demonstram que o profissional deve superar a prática burocratizada, rotineira e imediatista, compreendendo que as possibilidades dadas na realidade devem ser apropriadas e transformadas em projetos de trabalho pelo assistente social. Desta forma, a conjuntura não condiciona unidirecionalmente as respostas profissionais, no entanto, impõem limites e possibilidades.

É necessário, entretanto, evitar duas perspectivas que aparecem para o exercício da prática, de acordo com lamamoto (2011): a atitude fatalista, como se a realidade não pudesse ser alterada, já estivesse em sua forma definitiva e nada, ou pouco, se pode fazer para modificá-la, e o messianismo, que seria uma visão heroica do/a assistente social, não levando em consideração os limites da realidade social em que se insere.

Ao realizarmos uma análise do Serviço Social, é possível compreender o caráter central que a intervenção ocupa na profissão, pois dela depende sua existência, materialidade e funcionalidade. É ainda a intervenção que possui a capacidade de apresentar no plano ontológico e no plano lógico as possibilidades da profissão:

No plano ontológico, a análise da intervenção profissional permite-nos apanhar os aspectos constitutivos do modo de ser e de se desenvolver da profissão, as contradições que engendram e diversificam as ações profissionais e as possibilidades de os agentes atribuírem 'novo' conteúdo às suas ações. A análise da intervenção profissional no plano lógico nos possibilita apreender os diferentes graus e níveis da razão acionados nesse processo e, por isso, é capaz de indicar os padrões de racionalidade que a sustentam (GUERRA, 2011, p.34).

A autora compreende que, para atender às demandas e requisições impostas pelas classes sociais ao Serviço Social, a intervenção profissional teve de tornar-se mais complexa e com maior diversidade, transformando, em consequência, a instrumentalidade na dimensão mais desenvolvida da profissão e apta a orientar as condições e possibilidades profissionais.

Por fim, a definição dada por Guerra (2011) de que a instrumentalidade é uma “propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza os objetivos e que possibilita aos profissionais a objetivação da intencionalidade em respostas profissionais” (p.02). Por meio desta capacidade, obtida profissionalmente, os assistentes sociais modificam e alteram as condições objetivas¹⁰ e subjetivas¹¹, refletindo

¹⁰ Condições objetivas são aquelas relativas à produção material da sociedade, como a divisão do trabalho, os objetos e os campos de intervenção, as relações e condições materiais do trabalho (GUERRA, 2007).

nas relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar em instrumentalidade é compreender a teia que envolve o fazer profissional e as mudanças históricas que dialogam com a profissão. Nesse sentido a discussão acerca da instrumentalidade do Serviço Social não diz respeito ao conjunto de instrumentos e técnicas utilizados pelos/as profissionais para alcançar suas finalidades. Na verdade, estes instrumentos e técnicas correspondem à instrumentação técnica da profissão. A instrumentalidade vai além desses instrumentos, representa uma propriedade constitutiva do Serviço Social, formada e reformulada pelo processo sócio-histórico que possibilita o atendimento das demandas e a efetivação dos objetivos profissionais e sociais.

Portanto, os assistentes sociais utilizam, criam e adequam as condições, os meios e os instrumentos existentes para a conquista de seus objetivos profissionais, alterando, para isso, o seu cotidiano e o cotidiano das classes que o demandam. Efetuando ações desse tipo os profissionais dão instrumentalidade à sua intervenção, dominando, em função disso, as dimensões prático-formativas da profissão já abordadas anteriormente: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, já que pensar no “como fazer” provoca a reflexão de “o porquê” e “para que fazer”, determinando a intrínseca relação das três dimensões.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **A instrumentalidade no trabalho do Assistente Social**. Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. CRESS-6ª reg. Belo Horizonte, 2007.

_____. **No que sustenta a falácia de que “na prática a teoria é outra”? II** Seminário Nacional Estado e Política Sociais no Brasil. UNIOSTE. Cascavel, 2005

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo: trajetórias e desafios**. XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. San José, Costa Rica, 2004.

¹¹ Condições subjetivas são aquelas relacionadas ao sujeito, isto é, suas escolhas, sua qualificação, seu preparo teórico-metodológico, sua competência (GUERRA, 2007).

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. In: **Serviço Social e Sociedade.** n. 53. São Paulo: Cortez, 1997.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea.** In: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Parte 2. Brasília: 1999, p.91-110.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil.** Tese de doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp019816.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Ética e Serviço Social: fundamentos e contradições. **Revista Katályses**, Florianópolis, v. 14, n. 2, jul./dez. 2011. p. 210-221.

_____. Serviço Social, das funções tradicionais aos desafios diante das novas formas de regulação sociopolítica. **Revista Katályses**, Florianópolis, v. 5, n. 2, jul./dez. 2002. p. 115-124.

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação:** Ponta Grossa, 2008. p.119-132.